

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 22 de março de 2022. A Diretoria.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40	48
Tributos a recuperar	5	66	27
Total do Circulante		106	75
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	5	5.412	5.285
Depósitos judiciais		194	138
		5.606	5.423
Imobilizado			
Custo - máquinas e equipamentos		2	2
		2	2
Total do não circulante		5.608	5.425
Total do ativo		5.714	5.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Balanço Patrimonial Passivo

COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	2.065	2.052
Impostos e contribuições sociais	8	12	14
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	9	113	113
Outras contas a pagar		-	13
Total do circulante		2.190	2.192
Não circulante			
Fornecedores	7	70.692	61.189
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	9	5.220	4.749
Partes relacionadas	6	4.463	2.625
Tributos diferidos	10	125.035	126.112
Outras contas a pagar		792	791
Total do não circulante		206.202	195.466
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	2.345	2.345
Prejuízos acumulados		(205.023)	(194.503)
Total do patrimônio líquido		(202.678)	(192.158)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.714	5.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Demonstrações de Resultados

**COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Nota	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	13	(524)	(141)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(524)	(141)
Receitas financeiras	14	173	146
Despesas financeiras	14	(11.246)	(9.303)
Despesas financeiras líquidas		(11.073)	(9.157)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(11.597)	(9.298)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	1.077	2.253
Prejuízo do exercício		(10.520)	(7.045)
Prejuízo por ações - R\$	15	(2.243,07)	1.502,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Demonstração do Resultado Abrangente

**COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Nota	2021	2020
Prejuízo do exercício	15	(10.520)	(7.045)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(10.520)	(7.045)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

**COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	15	(10.520)	(7.045)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	(1.077)	(2.253)
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias - líquidas		986	(932)
Reversão ajuste a valor presente - opção "A" e "C"			10.203
Depreciação	13	-	1
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	13	(56)	(57)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(166)	(148)
Diminuição de outros créditos		-	-
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Diminuição de fornecedores		9.516	
Diminuição de tributos e contribuições sociais e tributos diferidos		(2)	(169)
Diminuição de Cauções e depósitos vinculados			-
(Diminuição) de outras contas a pagar		(12)	(97)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(1.331)	(497)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		-	-
Aumento de capital em controladas		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		-	-
Atividades de financiamento			
Mútuo com partes relacionadas		1.591	1.482
Pagamentos de empréstimos - principal	10	-	-
Pagamentos de empréstimos - juros	9	(268)	(961)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		1.323	521
Variação líquida do caixa		(8)	24
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	48	24
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	40	48
Variação líquida do caixa		(8)	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

**COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros		523	138
Materiais, serviços de terceiros e outros		86	196
Outros custos operacionais		437	(58)
		523	138
Valor adicionado bruto		(523)	(138)
Depreciação	13	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido		(524)	(139)
Valor adicionado recebido em transferência		181	153
Receitas financeiras	14	181	153
Valor adicionado total a distribuir		(343)	14
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(1.069)	(2.244)
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	11.246	9.303
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	15	(10.520)	(7.045)
		(343)	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

**COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		500	(187.458)	(186.958)
Aumento de capital conf. AGE de 14/07/2020		1.845	-	1.845
Prejuízo do exercício	15	-	(7.045)	(7.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.345	(194.503)	(192.158)
Prejuízo do exercício	15	-	(10.520)	(10.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.345	(205.023)	(202.678)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Técnica de Comercialização de Energia
Notas explicativas às demonstrações financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (“Companhia” ou “CTCE”) companhia integrante do **GRUPO ENERGISA** é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais, controlada pela companhia Rede Energia Participações S.A (“REDE”). A sociedade tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica.

A Companhia teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 (“Resolução Autorizativa nº 3.759”), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia permanece proibida de comercializar energia elétrica. A Energisa S.A assumiu o controle indireto da Companhia em 2014 e vem apenas negociando suas dívidas com os credores e partes relacionadas.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021 patrimônio líquido negativo, no montante de R\$202.678 (R\$192.158 em 2020) e capital circulante líquido negativo de R\$2.084 (R\$2.117 em 2020), ocasionado principalmente por parcelas de curto prazo de contas a pagar. A Administração considera que a necessidade de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora indireta Energisa S/A.

Em 26 de novembro de 2012 a controladora Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia.

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação da REDE e suas controladas vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação, em decisão datada de 11 de outubro de 2016. Na sequência, o credor Banco do Nordeste do Brasil interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social da REDE e de suas controladas (Recuperadas), o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, estando pendente o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 31 de dezembro de 2021 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, no montante de R\$76.374 (R\$66.400 em 2020) sendo que R\$5.333 (R\$4.862 em 2020) refere-se a Empréstimos, Financiamentos e encargos da dívida, e R\$71.041 (R\$61.538 em 2020) a Fornecedores é como segue:

Descrição	Valores (R\$ mil)
= Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.784
(+) Atualização ⁽¹⁾	(626)
Reversão de provisão ajuste a valor presente ⁽²⁾	10.203
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(961)
= Saldo em 31 de dezembro de 2020	66.400
(+) Atualização ⁽¹⁾	961
Reversão de provisão ajuste a valor presente ⁽²⁾	9.974
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(961)
= Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.374

(1) Atualização de 1% a.a. aplicado sobre os saldos de fornecedores e de empréstimos e financiamentos habilitados na Recuperação Judicial na Opção “A”.

(2) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e C. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição da Companhia.

1.2 Efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Ômicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Administração vem realizando estudos que possibilite a retomada de suas atividades operacionais, iniciando com a solicitação de autorização junto a ANEEL para que a Companhia restabeleça como Comercializador de Energia, conforme estabelece a Resolução Normativa nº 678/2015.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2021 conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item: Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Tributos a recuperar;
- II. Nota explicativa nº 11 - Provisões para riscos cíveis e fiscais; e
- III. Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

3. Resumo das principais política contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros - o CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que A Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021 compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável;

d. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

e. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

g. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

h. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	40	48
Total - circulante	40	48

5. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.317	5.157
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL	161	155
Total	5.478	5.312
Circulante	66	27
Não circulante	5.412	5.285

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação vigente aplicável.

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,98% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias e empresas:

- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa);
- QMRA Participações S/A; e
- Rede Power Holding de Energia S/A.

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70,01% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,98%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,83%.

Posição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Passivo	Receita (despesa) Financeira
Energisa S.A ⁽¹⁾	(4.463)	(247)
2021	(4.463)	(247)
2020	(2.625)	(78)

- (1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,5914 a.a. (CDI + 0,4084 a.a. em 2020).

7. Fornecedores

	2021	2020
Credores opção A em Recuperação Judicial ⁽¹⁾	14.351	13.136
Credores opção C em Recuperação Judicial ⁽²⁾	56.690	48.402
Materiais e Serviços	1.716	1.703
Total	72.757	63.241
Circulante	2.065	2.052
Não Circulante	70.692	61.189

- (1) Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos em 22 anos (Opção "A"). Sobre o esse saldo devedor foi aplicado o desconto a valor presente utilizando uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos.
- (2) Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos a vista (Opção "C"). A Companhia renegociou sua dívida referente a recuperação judicial com a Energisa S.A que efetuou o pagamento de uma parcela à vista aos credores da Companhia.

8. Impostos e contribuições sociais

	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10	5
Contribuições ao PIS e a COFINS	1	-
Outros	1	9
Total - Circulante	12	14

9. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2021
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado (1% a.a.)	4.862	(268)	268	471	5.333
Total do custo	4.862	(268)	268	471	5.333
Circulante	113				113
Não circulante	4.749				5.220

	Saldos em 2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado (1% a.a.)	4.452	(268)	269	409	4.862
Total do custo	4.452	(268)	269	409	4.862
Circulante	112				113
Não circulante	4.340				4.749

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento do principal	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)	Garantias
	2021	2020					
Credores "RJ" - BMG	5.333	4.862	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	5.333	4.862					
Total CTCE	5.333	4.862					

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos programados para novembro de 2035, conforme acordo de recuperação judicial.

10. Tributos diferidos passivos

O IRPJ e a CSLL diferidos são apurados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos. O passivo fiscal diferido, registrado pela Companhia, foi gerado sobre as diferenças temporárias oriundas do saldo de ajuste a valor presente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, seguindo os requerimentos dispostos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

	2021	2020
Passivo		
Diferenças temporárias - ajuste a valor presente:		
Imposto de renda	91.938	92.729
Contribuição social	33.097	33.383
Total - passivo não circulante	125.035	126.112

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriada no resultado do exercício, podem ser assim demonstrados:

	2021	2020
Prejuízo antes dos Impostos	(11.597)	(9.298)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinados	3.943	3.161
Ajustes:		
Créditos tributários - IR e CS Reconhecidos no exercício	1.077	2.253
Créditos tributários - IR e CS não constituídos	(3.943)	(3.161)
Receita de imposto de renda e contribuição social	1.077	2.253
Alíquota efetiva	9,29%	24,23%

11. Provisões para riscos cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e tributária.

Perdas Possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas cíveis e fiscais cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

(Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	-	2.718	2.718	2.793
Novos processos	42.990	-	42.990	-
Alteração	-	(22)	(22)	1.058
Encerramento	-	-	-	(1.226)
Atualização Monetária	-	87	87	93
Saldos finais - 2021 e 2020	42.990	2.783	45.773	2.718

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis.

- **Cível**

. Processo de arbitragem 07/2021 recebido em novembro/21 com valor envolvido de R\$42.990, movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Administração entende que o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.

- **Fiscais:**

. Auto de infração envolvendo discussão sobre inexistência de débito.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$2.345 (R\$2.345 em 2020), representado por 4.690 (4.690 em 2020) ações ordinárias e sem valor nominal.

13. Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Despesas gerais e administrativas	Total	
		2021	2020
Serviços de terceiros	86	86	196
Depreciação e amortização	1	1	1
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	(57)
Custas processuais	436	436	-
Outras	1	1	1
	524	524	141

14. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receita de aplicação financeira	-	1
Tributos s/receita financeira	(8)	(7)
Juros sobre tributos a recuperar	172	152
Outras receitas financeiras	9	-
Total das receitas financeiras	173	146
Atualização de mútuo	(247)	(78)
Atualização credores opção "A" - empréstimos e fornecedores	(961)	626
Reversão ajuste a valor presente - opção "A" e "C"	(9.974)	(10.203)
Outras despesas financeiras	(64)	352
Total despesas financeiras	(11.246)	(9.303)
Despesas financeiras líquidas	(11.073)	(9.157)

15. Prejuízo por ação

A Companhia não alterou o número de ações de seu capital social. Desta forma, o prejuízo por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 4.690 ações ordinárias.

Resultado básico por ação	2021	2020
Numerador		
(Prejuízo) do exercício	(10.520)	(7.045)
Denominador		
Média ponderada de número de ações	4.690	4.690
(Prejuízo) básico em R\$ por ação	(2.243,07)	(1.502,13)

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Contábil
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		40	40	48	48
		40	40	48	48

PASSIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		72.757	72.757	63.241	63.241
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas		5.333	5.333	4.862	4.862
Débito com partes relacionadas		4.463	4.463	2.625	2.625
		82.553	82.553	70.728	70.728

Não derivativos - classificação e mensuração

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista bianualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora Energisa, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Diretoria Executiva

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Vice-presidente Executivo

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC MG-042523/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionista, Diretores e Conselheiros e Administradores da
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Técnica de Comercialização de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia interrompeu suas atividades de comercialização de energia em 20 de novembro de 2012, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa no 3.759, revogou sua autorização para operar na comercialização de energia. Atualmente, a Companhia não possui geração de caixa própria necessária para saldar suas obrigações e reequilibrar o patrimônio líquido que, em 31 de dezembro de 2021, se encontra negativo em R\$ 202.678 mil (R\$ 192.158 mil em 2020), além de depender substancialmente de sua controladora indireta Energisa S.A. para cumprir com suas obrigações. A Diretoria da Companhia acredita que continuará a receber apoio financeiro da sua controladora indireta Energisa S.A. para manter suas atividades. Os planos da Diretoria da Companhia em relação às suas atividades operacionais estão descritos na nota explicativa 2. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto

à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9